

O ponto crítico a evitar

Os exercícios de futurologia são sempre arriscados, mas, com tanto consenso entre empresários, banqueiros e economistas quanto ao comportamento da economia brasileira em 1997, não é fora de propósito esboçar a configuração do balanço em conta corrente e, por extensão, do balanço de pagamentos no próximo ano, a julgar pelos dados hoje conhecidos.

Pela projeção do governo, o déficit em conta corrente deve corresponder neste ano a 2,83% do Produto Interno Bruto (PIB), o que significa US\$ 20,3 bilhões (US\$ 5 bilhões de déficit comercial, mais US\$ 18,3 bilhões de déficit de serviços, menos US\$ 3 bilhões de remessas de emigrantes, contabilizadas em Transferências Unilaterais). Não é uma taxa que inspire preocupações quanto à solidez das contas externas brasileiras, mas o quadro deve deteriorar-se em 1997, a confirmar-se a expectativa dos empresários e economistas ouvidos por este jornal, segundo os quais o déficit da balança comercial deve ficar entre US\$ 6,5 bilhões e US\$ 7 bilhões no ano que vem.

Esse resultado não pode ser visto isoladamente. É preciso não esquecer que o déficit na conta de serviços deve também continuar em ascensão. A expansão do comércio exterior, ainda que venha sendo feita pelo incremento das importações, acarretará mais gastos nos itens frete e seguro. As facilidades criadas pela estabilização e pela política cambial às viagens internacionais também farão aumentar esses gastos. E a entrada de recursos externos em grande volume determinará um acréscimo

na conta de juros. Da mesma forma, com os investimentos diretos que vêm sendo feitos, em boa parte para a aquisição de empresas já instaladas no País, as despesas com dividendos deverão elevar-se.

Assim, não chega a ser insólita a estimativa de que o País possa vir a ter um saldo negativo na conta de serviços de até mesmo US\$ 23 bilhões. Com um déficit comercial de US\$ 6,5 bilhões e presumindo que as remessas de trabalhadores no exterior se mantenham em US\$ 3 bilhões, teremos

As perspectivas favoráveis para 1997 não ocultam os problemas cruciais ainda a enfrentar

um déficit em conta corrente da ordem de US\$ 26,5 bilhões. Supondo, ainda com base nas previsões dos empresários e economistas, que o produto real possa ter uma expansão de 3% neste ano e de 4% no próximo, ficando em torno de US\$ 768 bilhões, verifica-se que o déficit em conta corrente poderá corresponder a 3,45% do PIB.

Como se vê, essa seria uma situação bem menos confortável do que a desfrutada pelo País neste final de 1996. Um déficit em transações correntes acima de 3% do PIB levantará às sobrancelhas dos investidores externos, particularmente quando é acompanhado de um déficit público também bastante elevado, o qual, segundo o cenário desenhado pelas personalidades consultadas por este jornal, deve ficar em torno de 4% do PIB.

Outros fatores podem atenuar esse quadro. Em face da perspectiva de que a privatização seja con-

sideravelmente acelerada em 1997, é possível que o fluxo de investimentos diretos possa ser até mesmo mais intenso que o deste ano. No período janeiro a novembro de 1996, os investimentos diretos somaram US\$ 7,764 bilhões e, segundo informou o chefe do Departamento de Economia do Banco Central, Altamir Lopes, a entrada em dezembro, até o dia 18, já chegava a US\$ 640 milhões. Dessa forma, é possível que o volume total, no final do ano, alcance US\$ 8,5 bilhões, um resultado que merece ser classificado como espetacular.

Se o País puder repetir ou ampliar a dose em 1997, a posição das reservas, já consideravelmente reforçada neste ano, pode afastar a ameaça de uma revoada maciça de capitais, que deixaria o Brasil em uma posição cambial muito vulnerável. Não é excessivamente otimista prever que as reservas cambiais possam mesmo conservar-se no nível de US\$ 60 bilhões ao longo dos próximos doze meses.

Assim, tudo indica que o País pode contar com mais um ano de crescimento moderado, inflação em baixa e boa credibilidade externa. Mas, como a equipe econômica não ignora, o Plano Real pode vir a sofrer um grande desgaste em seu quarto ano de implantação, se não houver um horizonte claro quanto à contenção do déficit do setor público e se persistir uma situação deficitária da conta de comércio, aliada a um déficit de serviços em constante expansão. Não tardará a ficar evidente, nessa hipótese, que o País não poderá continuar gastando mais do que produz por muito mais tempo.

Esse é o ponto crítico a evitar.